Em 2 anos e meio, Cooperação Fiscal recolhe mais de R$ 200 milhões.

PÁGINA 3

Sindifiscal completa 30 anos em novembro

PÁGINA 12

Setembro-Outubro - 2020

Ano XXXIV - nº 171

Ação Fiscal

http://www.sindifiscal-es.org.br/

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

Reforma Administrativa:

em debate via Instagram, Geraldo José Pinheiro (Sindifiscal) e Celso Malhani (Fenafisco) debatem acerca dos riscos da PEC 32/2020

PÁGINA 10

Precatórios pagos em dezembro vão de R$ 15 mil a R$ 88 mil

Confira o valor a receber no encarte anexo desta edição

22 entidades cobram governo sobre revisão geral

PÁGINA 7

SINDIFISCAL-ES

Com a palavra...

Auditores Fiscais contribuem diretamente para reconhecida solidez econômica do Espírito Santo

Apesar de constantemente serem alijados do processo de reconhecimento pela essencialidade do trabalho que desempenham, os Auditores Fiscais da Receita são diretamente responsáveis pela solidez fiscal do Espírito Santo. Esse fato foi, mais uma vez, reconhecido, uma vez que o Estado alcançou o topo do ranking de competitividade dos Estados 2020, elaborado pela CLP (Centro de Liderança Pública) - quando o critério avaliado foi a solidez. Além disso, vale registrar que o Espírito Santo obtém, desde 2012, Nota A do Tesouro Nacional.

Entretanto, diferentemente do que muitos acham, isso não significa que apenas quem decide como o dinheiro será gasto tem responsabilidade nessa marca importante para as contas públicas. A Nota A é dada apenas a Estados que têm a chamada Capag (capacidade de pagamento) em caso de empréstimos com garantia da União. Desde o final de 2017, a Portaria 306 do Ministério da Fazenda dita os indicadores para a classificação: 1) endividamento, 2) poupança e 3) liquidez.

Na prática, para obter a nota A, é preciso então ter uma dívida consolidada bruta bastante menor do que a Receita Corrente Líquida; receitas correntes que comprometam menos de 90% da poupança corrente do Estado e obrigações financeiras que não comprometam a disponibilidade de caixa bruta: situações possíveis apenas se o Estado tiver dinheiro em caixa.

Quem seria, então, o responsável por colocar dinheiro no caixa dos Estados? A Lei Complementar número 737, de dezembro de 2013, tem a resposta. Aos Auditores Fiscais da Receita Estadual competem "constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e o crédito decorrente de receita não tributária proveniente da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural"; "fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias e não tributárias"; "executar atividades de inteligência fiscal"; "exercer o controle interno e auditar as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização", entre outras dezenas de atribuições.

"Não é possível solidez fiscal sem receita num patamar suficiente para que os indicadores se tornem positivos. Os Auditores têm a atribuição de acompanhar o incremento da receita por meio das atividades econômicas e assegurar que os recursos pertencentes à sociedade sejam garantidos. Seja de forma educativa ou de forma ostensiva, para fazer com que os contribuintes cumpram as regras", argumenta o Auditor Fiscal e Diretor do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro.

Se não bastasse isso, somente nos últimos tempos os Auditores Fiscais já superaram toda a meta de arrecadação de recursos decorrentes de ações fiscais para 2020 (operações contra sonegação) e toda a meta de arrecadação do setor de IPVA

(Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores); anunciaram a recuperação de quase R$ 5 milhões sonegados por empresas do setor automotivo; quase R$ 10 milhões recuperados dos Grandes Contribuintes do Espírito Santo e R$ 20 milhões numa operação junto ao setor supermercadista.

Mesmo com toda a crise decorrente da pandemia do novo coronavírus, a arrecadação segue em perfeito equilíbrio. No mês de agosto, o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadou o montante de R$ 1,014 bilhão, superior em 2,9% nominalmente se comparado com o mesmo período do ano passado.

Acresce que, se tomarmos o valor total arrecadado pelo ICMS no exercício 2020, o valor acumulado desse imposto soma R$ 7,254 bilhões e, mesmo apresentando uma queda nominal de 2,11% em relação ao mesmo período do ano anterior, evidencia uma situação confortável e estável, já que está dentro das previsões iniciais - que ainda não consideravam efeitos da Covid-19 na economia capixaba.

"Durante o período de março a agosto de 2020 foi observado que apenas no mês de abril houve redução drástica de atividade econômica, afetando a arrecadação de maio, que registrou queda substancial. No entanto, nos demais meses, graças ao acompanhamento e monitoramento das ações fiscais em relação à arrecadação, a mesma se manteve em patamares bastante superiores aos inicialmente previstos, o que fez com que fosse possível a manutenção do orçamento conforme previsto em 2019", conclui Geraldo.

Expediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo
Vice-presidente
josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro
Diretor Financeiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança
Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes
Diretora de Aposentados e Pensionistas
azet58@hotmail.com

Rogério Zanon da Silveira
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Anthony Fermino Repetto Lavor
Lenise Seabra Miranda
Luciano José da Silva
Marcelo da Silva Ramos
Marcelo Vinicius Borges Amistá

CONSELHO FISCAL
Ana Maria de Souza Silva
Carlos Werner dos Santos
Sebastião Luiz Casagrande

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro
Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno
Região Noroeste - João Tadeu Caon
Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Setembro-Outubro/2020
Ano XXXIV - Edição 171

Weverton Campos
Jornalista responsável

Ricardo Aiolfi
Diagramação

Tiragem: 1200 exemplares
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br

SINDIFISCAL-ES

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - **CEP:** 29050335.
Site: http://www.sindifiscal-es.org.br
CNPJ: 272394410001/05
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Cooperação Fiscal alcança R$ 206 mi de ICMS recolhidos em menos de 3 anos

A marca de recolhimento espontâneo de ICMS foi atingida em 30 de setembro

Os idealizados do sistema: Valquimar Raasch e Renato Rovetta Passamani.

O Cooperação Fiscal é um sistema construído por Auditores Fiscais da Receita Estadual que identifica inconsistências na base de dados e as publica na AGV (Agência Virtual, do contribuinte). O contribuinte ao visualizar a publicação tem um prazo para justificar ou regularizar as inconsistências identificadas.

O CF iniciou as publicações em janeiro de 2018 e terminou setembro de 2020 com importantes marcas para o Fisco e a sociedade.

De acordo os idealizadores, Valquimar Raasch e Renato Rovetta Passamani, até 30 de setembro, o CF permitiu autorregularização de mais de 156 mil inconsistências, com um recolhimento espontâneo de R$ 206,642 milhões, entre ICMS e multas. Além disso, o Cooperação Fiscal que já envolve mais de 60 mil contribuintes, contribuiu para a melhoria da qualidade dos dados da Receita Estadual através da recepção ou retificação de 211 mil arquivos de escrituração fiscal.

Atualmente, o CF possui cinco produtos funcionando. Cada produto é fruto de uma consulta aos bancos de dados, observando um conjunto de regras para o correto atendimento à legislação tributária estadual.

Produto 1 – Omissão de EFD

Produto 2 – ICMS Declarado e não recolhido ou recolhido a menor

Produto 3 – Omissão de PGDAS-D

Produto 4 – Diferença de cartão SN

Produto 5 – NF-e própria não escriturada

O início

Valquimar lembra de uma viagem que fez com Marcelo Amistá, em 2014, para participar de uma reunião do GT 48 (Grupo de Trabalho do SPED FISCAL, do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária), em Brasília-DF. De onde retornaram convictos da necessidade de avançar tecnologicamente com a construção de malhas fiscais e controle sistêmico da entrega dos arquivos de EFD (Escrituração Fiscal Digital).

Renato conta que não foi fácil a construção da tabela "EFD – Empresa cadastrada" que relaciona os contribuintes obrigados ao envio da EFD a partir do regime de apuração cadastrado na Sefaz. A dificuldade maior foi tratar o histórico cadastral dos contribuintes adicionando uma data de início de obrigação quando no regime ordinário e uma data fim quando o contribuinte passava para o Simples Nacional, paralisava suas atividades ou sofria suspensão/cassação da inscrição estadual.

De acordo com Valquimar, no Projeto Gestão de Receitas, executado pela Gerência Fiscal, foram construídos relatórios de cruzamento de dados, que identificaram erros nos procedimentos dos contribuintes. Alguns básicos, como não entregar a declaração do mês ou deixar de recolher o imposto declarado, e outros mais complexos, como créditos indevidos e omissão de faturamento.

Com esse grande conjunto de problemas identificados, e considerando as premissas do Estado de melhorar o ambiente de negócios para atração de novas empresas, surgiu a ideia de publicar as inconsistências na AGV para permitir a autorregularização do contribuinte, antes de medidas mais coercitivas de fiscalização.

Percepção de risco

Na opinião de Valquimar, uma das principais funções do Cooperação Fiscal é fomentar a percepção de risco. "Podemos classificar os contribuintes em três tipos básicos: os que sempre procuram fazer o que é certo, mas nem sempre conseguem; aqueles que escolhem fazer sempre o errado, querem sonegar ao máximo; e no meio tem aqueles contribuintes que querem sonegar também, mas têm medo".

"Com as publicações recorrentes dessas inconsistências, os contribuintes percebem que estão sendo acompanhados e tentam fazer o procedimento correto. Entretanto, para o contribuinte que decidiu sonegar, o que acontece é que ele normalmente toma ciência das inconsistências, não se regulariza e aí partirmos para a auditoria e lançamento fiscal para resolver", pontua Raasch.

"Nessa linha, podemos dizer que o Cooperação Fiscal também aproxima o bom contribuinte do Fisco, na medida em que oportuniza a ele se regularizar. Ou seja, a ter a chance de corrigir um erro que pode ser definitivamente corrigido e não voltar a ocorrer", complementa Renato.

Atualização e agradecimentos

De acordo com Passamani, a plataforma continuará sendo aprimorada. "Trabalharemos em recursos para facilitar a interação, como os parcelamentos, que podem ser realizados sem que o contribuinte acesse outra plataforma ou tenha que se dirigir a uma agência física. A tendência é de que sejam incluídos novos produtos com novas funcionalidades", afirma.

Valquimar aproveita a oportunidade para agradecer a todos os auditores fiscais responsáveis pelo atendimento das justificativas apresentadas no CF e também à toda a equipe de Tecnologia da Sefaz, que contribui para o desenvolvimento do Cooperação Fiscal.

Crédito rotativo será pago a servidores do Grupo TAF em dezembro

Valores são relativos aos salários contingenciados entre outubro e dezembro de 1998

Reunião entre Diretoria e advogado do Sindifiscal com representantes da PGE no dia da homologação do acordo (14/11/2018)

Com muita perseverança e trabalho, o Departamento Jurídico do Sindifiscal, por sua representante, a Diretora Jurídica Zenaide Maria Tomazelli Lança, finalmente firmou em outubro de 2018 um acordo para o ressarcimento dos descontos de juros e encargos sobre o crédito rotativo disponibilizado pelo Banestes aos servidores do Grupo TAF, relativos aos salários contingenciados pelo governo da época, no período de outubro a dezembro de 1998.

O "crédito rotativo" nada mais era que o próprio salário do servidor que não "caía" na conta bancária porque havia sido contingenciado. Quem utilizasse o crédito rotativo tinha o valor automaticamente descontado de seu salário, quando o governo liberava o contingenciamento. Depois de um longo litígio, fez-se justiça e o Estado do ES foi condenado a devolver os descontos indevidos com juros e correção monetária.

O acordo estabeleceu o pagamento em duas etapas: a primeira, em 2019, para valores até 4.420 VRTEs (R$ 14.464,89) – por meio das chamadas RPVs (Requisições de Pequeno Valor). E a segunda agora, em 2020, para os valores acima desse patamar de R$ 14,4 mil, cujos precatórios foram inscritos no ano passado.

Em 2019 foram beneficiados 411 credores, entre ativos e aposentados, e em 2020 mais 496 colegas serão beneficiados.

> O "crédito rotativo" nada mais era que o próprio salário do servidor que não "caía" na conta bancária porque havia sido contingenciado.

A previsão inicial era de que os precatórios seriam pagos até junho/2020, mas devido à pandemia o governo preferiu ser cauteloso e usar o prazo máximo que possui para efetuar esse pagamento, que termina em dezembro próximo.

Dessa forma, os colegas que constam na listagem do encarte podem contar com o recebimento de seu crédito no mês de dezembro/2020. Essa informação foi passada pelo Secretário da Fazenda, em reunião realizada em junho com a Diretoria do Sindifiscal – oportunidade em que foi autorizada pelo chefe da pasta a divulgação dessa informação.

Mais uma vez, a Diretora Jurídica do Sindifiscal destaca que o pagamento será feito diretamente nas contas bancárias informadas pelos credores ao Departamento Jurídico do Sindifiscal, e que muitos filiados ainda não enviaram a cópia do cartão bancário, o que impedirá que se efetive o pagamento.

"Os filiados que ainda não enviaram cópia de seu cartão bancário (em que desejam sejam creditados os seus valores), precisam fazê-lo o mais breve possível", destaca Zenaide. Para tanto basta enviar cópia da frente do cartão, ou então que simplesmente encaminhem os dados bancários, caso a conta seja do Banestes, pelo e-mail juridico@sindifiscal-es.org.br

"Solicitamos a colaboração dos colegas que conheçam algum herdeiro de servidor do Grupo TAF já falecido, com direito ao recebimento deste precatório e também dos valores devidos no processo da devolução dos descontos do IPAJM. A família deve ser orientada a entrar em contato com o sindicato, para que possam ser adotadas as providências", conclui Zenaide.

Mais informações pelo telefone (27)99972-1687.

Processo de conversão da URV aguarda juiz se manifestar sobre índices

O processo referente à conversão da URV (nº 0014090-06.2004.8.08.0024), que teve perícia favorável aos servidores ao ser constatado que a categoria teria sofrido perda financeira, está atualmente aguardando o juiz se manifestar sobre os índices apurados.

Caso prevaleça o índice de perda apurado na perícia contábil, será uma conquista sem precedentes para toda a categoria fiscal, pois os valores decorrentes da referida perda são bastante substanciais, conforme se observa nos processos semelhantes que foram julgados favoráveis em favor dos servidores dos demais poderes.

Ativos em 2008 e 2009 podem receber devolução de desconto sobre férias

Os servidores ativos de novembro de 2008 a dezembro de 2009 devem enviar cópia do contracheque ou da ficha financeira ao jurídico do Sindicato para receber devolução

Os servidores do Grupo TAF (ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual e Auxiliar Fazendário), que se encontravam em atividade no período de novembro/2008 a dezembro/2009 (quanto aos aposentados, não têm direito pois não mais recebem férias e seu adicional), e que receberam o abono de férias neste período, devem enviar ao departamento jurídico do sindicato, cópia do contracheque ou da ficha financeira.

Isso porque outra conquista do Sindifiscal, que em breve resultará no pagamento de valores em favor dos membros da categoria, foi o reconhecimento pelo Poder Judiciário de que foi indevido o desconto da contribuição previdenciária sobre o abono de férias (1/3 de férias).

A documentação solicitada serve justamente para que possa ser verificado qual o valor que foi indevidamente descontado, ser feita a sua atualização e, em seguida, ser apresentada à justiça como início da execução do julgamento que foi favorável à categoria.

Cabe destacar que os descontos indevidos tiveram fim a partir do dia 29/12/1999, quando entrou em vigor a Lei Complementar nº 539/2009.

Ação provou que foi indevido o desconto da contribuição previdenciária sobre o abono de férias

Judiciário reconheceu que foi indevido o desconto da contribuição previdenciária sobre o abono de férias

Servidores afetados por regra de transição de 2005 têm direito ao abono permanência

Os servidores aposentados ou com direito de se aposentar pela regra do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (em que um ano a mais trabalhado reduziria em um ano a idade mínima exigida para aposentadoria), tanto mulher quanto homem, estão tendo reconhecido pelo Poder Judiciário o direito ao abono de permanência.

Esse direito vem sendo negado pelo Estado na via administrativa, daí a necessidade de ingressar em juízo.

Informamos aos servidores aposentados ou com direito de se aposentar pela regra transitória de aposentadoria do art. 3º da EC nº 47/2005, que terão direito de reaver os valores pagos a título de contribuição previdenciária referente aos últimos cinco anos, uma vez que deveriam ter sido contemplados com o direito ao abono de permanência (em que o Estado arca com o pagamento da contribuição previdenciária).

Para tanto, devem procurar o Departamento Jurídico do Sindifiscal para o preenchimento da procuração - apresentando cópia da declaração ou certidão de tempo de contribuição fornecida pelo IPAJM, e dos contracheques do período em que deveriam receber o abono de permanência.

Sindifiscal luta na Justiça para estender bonificação por desempenho da ativa a aposentados e pensionistas

O Sindifiscal (Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização TAF do Estado do Espírito Santo) ingressou com o Mandado de Segurança nº 0014607-24.2020.8.08.0000, com o objetivo de estender também para os servidores aposentados e os pensionistas o direito ao recebimento da chamada "bonificação por desempenho", instituído pela Lei Estadual nº 10.824/2018, em favor somente dos servidores ativos.

O processo foi distribuído para a Desembargadora Eliane Junqueira Munhos Ferreira, que já determinou que sejam ouvidos o Estado do Espírito Santo e o IPAJM (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo).

Se obtivermos sucesso, também os aposentados e pensionistas irão receber a bonificação semestralmente, na mesma data paga pelo Estado aos Auditores em atividade. O valor gira em torno de R$ 800/mês.

“Cuidamos das finanças e do patrimônio na ponta dos dedos”

Para Geraldo Pinheiro, os investimentos do Sindifiscal valorizaram ainda mais o Sindicato

O diretor financeiro do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro, falou sobre os cuidados com os recursos e investimentos do Sindicato

O ano de 2020 está prestes a acabar e mesmo com todas as dificuldades às quais ficou atrelado, ficará marcado como um exercício de equilíbrio de finanças no que diz respeito ao caixa do Sindifiscal. De acordo com o diretor financeiro Geraldo José Pinheiro, a entidade reduziu despesas, realizou investimentos, especialmente patrimoniais, e gerou caixa significativo para a entidade enfrentar desafios que estão por vir.

Sindifiscal: Os balancetes do sindicato mostram evolução muito positiva da instituição nos últimos anos. O que contribui para esses resultados?

Geraldo Pinheiro: Desde o início da atual gestão do Sindicato, tem sido priorizada a redução de despesas e otimização das receitas. Muitas medidas foram adotadas, como a redução de serviços terceirizados, mudanças do sistema de cloração da água da piscina do clube, racionalização de despesa com água, luz, telefone, entre outras. Do lado da receita, priorizamos a administração dos clubes, com cobrança equilibrada de mensalidades.

Como estão as finanças do sindicato hoje?

Nos últimos cinco anos, as aplicações financeiras saltaram de R$ 164 mil (em junho de 2015), para R$ 1,563 milhão em junho de 2020. Ou seja, um aumento de R$ 1,4 milhão em cinco anos. Graças a um controle que costumamos dizer, a ferro e fogo. Cuidamos das finanças do sindicato com cuidado ainda maior do que para com as nossas.

> Desde o início da atual gestão do Sindicato, tem sido priorizada a busca de redução de despesas e otimização das receitas.

Em que tipo de situações o caixa é necessário?

O caixa é muito necessário. Mais do que isso, é um anseio antigo da categoria. Historicamente, sempre que necessitamos de recursos em tempos de mobilização, como dinheiro para campanhas, despesas com a comunicação, precisávamos fazer Assembleias quase às pressas para obter esses recursos. Hoje temos recursos que deixam a categoria em boa situação para fazer frente a despesas futuras e imprevistas.

Mas investimentos são importantes...

Mesmo com esse aumento de caixa, fizemos inúmeros investimentos. No clube de Vila Velha, reformamos o campo de futebol, as piscinas, reconstruímos a quadra de tênis, os quiosques, bar, câmeras de segurança, reformamos a sauna, cerca de segurança em volta do clube, postes de iluminação, entre outros. Fizemos reformas no clube em Cachoeiro e na sede-administrativa do sindicato. Ainda adquirimos um novo automóvel, pois o outro já tinha mais de cinco anos e, encerrada a garantia, teríamos aumento de despesas com manutenção.

Como estão as receitas do clube social?

Os investimentos foram cruciais para as próprias receitas das mensalidades no clube. O que estamos buscando é igualar despesas e receitas, para que não seja necessário lançar mão de receitas dos sindicalizados. Infelizmente com a pandemia e a impossibilidade de uso das sedes sociais tivemos que interromper a cobrança das mensalidades. De qualquer forma, nosso patrimônio está com manutenção em dia e bem preservado.

Mas compensa tanta despesa com os clubes?

Não se trata de despesa, mas de investimento. A valorização patrimonial de nossos terrenos em Cachoeiro e em Vila Velha, além da sala-sede, foi muito maior do que o valor dos investimentos que fizemos neles. Também é obrigação da Diretoria eleita conservar e preservar o patrimônio do sindicato.

Muitos sindicalizados defendem a venda dos clubes, ou arrendamento. Reclamam das despesas, entre outras coisas. Como a Diretoria está lidando com isso?

Existe uma comissão, formada em Assembleia Geral, para discutir esses assuntos. No ano passado, foram realizadas discussões em busca de uma decisão coletiva acerca do nosso patrimônio. Mas, infelizmente, com o advento da pandemia, essas discussões precisaram parar. De qualquer forma, este será um debate interno que a categoria vai ter que realizar.

Houve alguma receita extra?

A partir do ano de 2019, devido a decisões judiciais favoráveis ao Sindicato em processos judiciais, a entidade passou a perceber percentual de honorários advocatícios, cuja receita extraorçamentária, até setembro/2020, chega a mais de R$ 235 mil.

Que comentário final faria à categoria?

Estamos tratando as finanças e o patrimônio do sindicato com muito zelo e dedicação. A próxima Diretoria receberá um sindicato mais estruturado e pronto para enfrentar os problemas que, porventura, vierem. Teremos desafios na luta sindical e, mais do que nunca, temos que estar preparados para enfrentá-los.

22 entidades cobram governo do ES sobre revisão geral anual

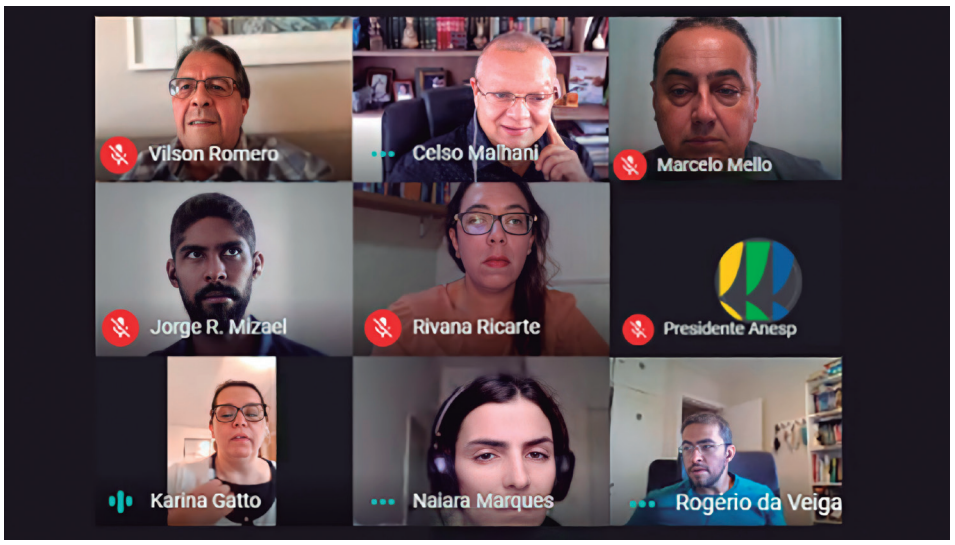
Entidades frisam que a revisão é definida na Constituição

Por meio de ofício direcionado à Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, 22 entidades representantes de carreiras do serviço público e filiadas à Pública - Central do Servidor alertaram ao governo do Estado do Espírito Santo acerca da necessidade de cumprimento da garantia de revisão gereal anual.

No documento, o Sindifiscal e as demais organizações destacam que a revisão é definida pela Constituição e reiterado pela Lei Complementar 173/2020, quando, por meio do artigo 8º, assegura a garantia legal pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Também é citado no ofício o superávit de R$ 570 milhões do Espírito Santo, graças ao trabalho dos servidores, o que garante a provisão de serviços públicos essenciais à população e atendimento do direito pelo governo do Estado.

Além do Sindifiscal, assinam o ofício Acees, Assaes, Sindepes, Sindpd, Sinodonto, Sindsaúdebucal, Sindpsi, Sinfes, Focates, Assim, Ascontrol, Afidaf, Asserdes, Aesap, Assempes, Sindipúblicos, Sindijudiciário, Sindilegis, Sindijornalistas, Sindsaúde e Sindienfermeiros.



Fenafisco constrói emendas à Reforma Administrativa (PEC 32/2020)

A Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), por meio do Diretor para Assuntos Administrativos, Celso Malhani, tem aprimorado e finalizado algumas propostas de emenda à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa, junto ao Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado).

Segundo a Fenafisco, os diversos aspectos do projeto foram analisados, sendo elaboradas emendas supressivas e modificativas sobre dispositivos apresentados pelo governo, como os que pretendem estabelecer o fim do Regime Jurídico Único, da estabilidade e instituindo novas formas precárias de contratação de trabalhadores no setor público.

Segundo Malhani, que tem figurado como coordenador da Comissão Parlamentar do Fonacate, esses pontos tendem a precarizar a prestação do serviço e, especialmente, com riscos de aparelhamento político.

As emendas só poderão ser protocoladas quando iniciar a segunda fase de tramitação da PEC na Câmara dos Deputados, por ocasião da instalação da Comissão Especial. A primeira etapa ainda não iniciou.

Pelos sindicatos

Sindifiscal-TO discute reforço na defesa da ADI 4214

O Presidente do Sindifiscal-TO, Santiago de Almeida, realizou visita à Regional de Araguaína para tratar de assuntos referentes à ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4214. A Ação tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) e tem por objetivo anular os artigos 37 e 38 da Lei 1.609/05, que unificou cargos de nível médio e superior na Secretaria de Fazenda Estadual. Para o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, a lei estadual não respeitou o artigo 37, II, da Constituição Federal, que prevê o ingresso no serviço público por meio de concurso.

Sindicatos conseguem na justiça suspensão de concurso irregular da Sefin-RO

O Sindafisco-RO e o Sintec-RO (Sindicato dos Técnicos Tributários) conseguiram na Justiça barrar o ato do secretário de Finanças, Luís Fernando Pereira da Silva, por meio do qual realizou seleção para preenchimento de cargos altamente técnicos e de confiança dentro da Secretaria. No deferimento, o desembargador relata que "os cargos a serem ocupados trabalham com sigilo fiscal e sempre estiveram a cargo dos próprios Auditores Fiscais, Técnicos Tributários e Auxiliares de Serviços Fiscais da Sefin-RO".

Sindifisco-SC entrega carteiras funcionais para 89 novos Auditores

Quinze dos novos Auditores Fiscais da SEF-SC (Secretaria de Estado da Fazenda) receberam suas carteiras funcionais, documento tambem válido como identidade civil em todo o território nacional. As entregas foram feitas pelo Sindifisco-SC, junto com porta-documentos, distintivos e máscaras personalizadas. Outras 74 carteiras funcionais serão entregues nos próximos dias pelos representantes do Sindifisco-SC nas gerências regionais da Fazenda e também na Capital.

Sindifiscal reforma sedes sociais de Cachoeiro e Vila Velha

Reformas garantem bem-estar de filiados e familiares. Diretoria prepara procedimentos padrões para uso do clube a partir de novembro

O Sindifiscal segue investindo no patrimônio dos seus filiados e torna públicas as intervenções que têm sido feitas pela Diretoria na sede social de Vila Velha e também na de Délio Castello, em Cachoeiro de Itapemirim.

Em relação a essa última, o Diretor Administrativo do Sindifiscal, Jocelino Demuner, pontua que foram feitas pintura dos imóveis do espaço - que fica aos pés do Itabira -, reforma dos banheiros, corte das árvores nas regiões de encostas, substituição de telhado da área de choupana, construção de uma nova churrasqueira e subsituição de cerca, na parte frontal.

"O campo também recebeu capina e realizamos o plantio de árvores frutíferas. Tudo pensando no bem-estar dos filiados que frequentam o local e também dos demais usuários da sede social Délio Castello", afirma o Diretor Financeiro Geraldo José Pinheiro.

A sede social de Vila Velha recebeu, nos últimos tempos, pintura de paredes, inserção de placas metálicas para redução da luminosidade solar, reforma da quadra de tênis e alterações no campo de futebol, o que incluiu troca da iluminação e manutenção na grama.

As piscinas sofreram processo de impermeabilização. Já as churrasqueiras foram reformadas; As que não puderam receber reforma, devido à condição, foram completamente reconstruidas, assim como a casa do caseiro da sede.

Veja as fotos de como estão as sedes sociais do Sindifiscal atualmente:

Sede de Cachoeiro de Itapemirim

Endereço: Pedra do Itabira – Cachoeiro de Itapemirim, ES
Telefones: (28) 3036.6099 / (28) 9921.0505 / (28) 3521-7630

Sede de Vila Velha

Endereço: Avenida Ceará, nº 400 – Bairro Jockey de Itaparica, Vila Velha, ES.
Telefone: (27) 3389-3534

Sindifiscal figura mais de 30 vezes na imprensa em 2020

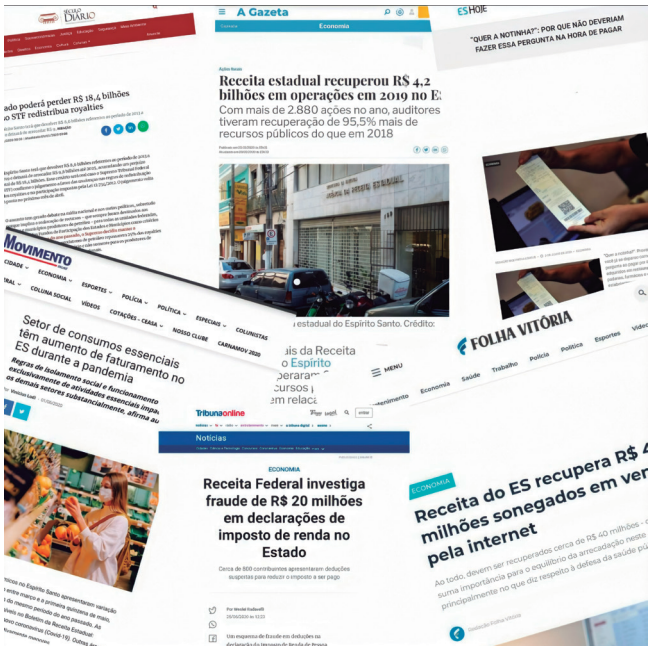
O Sindifiscal foi citado pela imprensa capixaba e nacional 32 vezes em 2020. Na maioria delas, o assunto foi o relevante trabalho dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

O Departamento de Comunicação do Sindicato mantém contato constante com os veículos de comunicação, oferecendo temas de relevância para a sociedade e que, quando difundidos, ajudam no processo de reconhecimento e valorização do Fisco para as contas públicas e para a efetiva prestação de serviços do Estado para o cidadão.

"Não foram poucos os trabalhos dos Auditores que repercutiram neste ano. Além do desempenho da arrecadação de receitas, que ganharam destaque por conta da situação da covid-19, repercutimos os trabalhos de fiscalização em trânsito e de setores como ITCMD e Grandes Contribuintes, que recuperaram valores vultosos para a sociedade", exclama o Diretor de Comunicação e Divulgação do Sindifiscal, Rogério Zanon Silveira.

O Analista de Comunicação Weverton Campos reforça que a tendência é o Sindifiscal se consolidar de forma natural como uma entidade que municia a imprensa e os cidadãos de informações economicofinanceiras credíveis e úteis - mesmo caminho trilhado pela Receita Estadual, em matéria de prestação de serviço, por meio de programas como Educação Tributária, Cooperação Fiscal, Menor Preço, Nota Premiada, e etc.

"Antes raramente éramos procurados para nos posicionarmos sobre temas tributários. Agora, além dessa procura espontânea, as matérias do nosso site também têm sido reproduzidas por veículos de comunicação com credibilidade", comenta.



Colaboração

Para manter a rotina de difundir os trabalhos dos Auditores Fiscais e sua importância, o Sindifiscal precisa continuamente da colaboração dos colegas. Fez um trabalho relevante para o Fisco? Executou uma autuação? Recuperou recursos? Apresentou trabalho acadêmico? Tudo isso é importante para nós.

Fortalecer a marca pessoal do Auditor é fortalecer o Fisco e fortalecer o Fisco é fortalecer a Receita Estadual, a Sefaz, o Sindifiscal e a carreira. E isso é de nosso completo interesse.

Compartilhe seu trabalho conosco pelo e-mail jornal@sindifiscal-es.org.br

11 placas de identificação disponíveis para serem recolhidas

Onze placas de identificação, confeccionadas a partir de pedido da categoria como forma de valorização da carreira, seguem disponíveis para serem retiradadas no Sindifiscal: João Braz Rodrigues Viveiros, Gustavo Pimentel Goulart, Luiz Carlos do Amaral Barros Filho, Rogerio Ventorim Zardo, Alexa Favalessa dos Santos, Jose Rios de Queiroz, Jose Luiz Frisso, Antonio Mauricio de Freitas Neto, Wilton Lima da Motta, Francisco Costa de Andrade e Elizabeth Nunes da Silva.

A retirada das placas pode ser feita entre 9h e 12h e 13h e 17h, de segunda a sexta-feira.

Sindifiscal e Fenafisco debatem reforma administrativa

O Sindifiscal e a Fenafisco promoveram uma live (transmissão ao vivo) sobre a reforma administrativa no dia 6 de outubro no Instagram, da qual participaram dezenas de pessoas.

Dirigiram a transmissão o Auditor Fiscal do Rio Grande do Sul e Diretor para Assuntos Administrativos da Fenafisco, Celso Malhani, e o Diretor Financeiro do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro.

Celso Malhani (Fenafisco)

Assunto da live, a PEC 32/2020 foi enviada pelo governo federal ao Congresso no início de setembro e está na fase de discussão e votação em dois turnos na Câmara e no Senado, precisando obter três quintos dos votos dos parlamentares em ambas as Casas para ser aprovada. Dentre as medidas, a PEC propõe:

- Novo modelo de seleção simplificada para cargos de liderança e assessoramento;
- Possibilidade de demissão de servidores por processo administrativo, decisão judicial ou colegiada;
- Fim da incorporação ao salário de valores referentes ao exercício temporário de cargos e funções;
- Extinção da licença-prêmio;
- Regulamentação do desligamento de servidores por "mau desempenho";
- Fim de parcelas indenizatórias;
- Fim da progressão ou promoção por tempo de trabalho;
- Proibição de redução de jornada sem redução de salário;

Se aprovadas, as medidas valerão para aqueles que ingressarem no setor público, com exceção de parlamentares, juízes, desembargadores, ministros, promotores e procuradores.

Do ponto de vista político, a Fenafisco faz um alerta à categoria diante da atual conjuntura.

"Estamos enfrentando uma nova onda de ataques contra o serviço público brasileiro e precisamos estar preparados, unidos e alinhados com outras categorias de servidores públicos a favor dos interesses comuns da sociedade. É de extrema importância barrar, inicialmente, o fim da estabilidade pública", afirma o presidente Charles Alcantara.

Deixam saudade

O Sindifiscal comunica com pesar o falecimento de:

Maria da Glória O. Abaurre
14/09/2020
Pensionista

Magnólia Sant'ana Castello
14/09/2020
Pensionista

Cecíclia M. Doelinger Fraga
13/09/2020
Pensionista

Aline Santa Pitanga Leite
16/06/2020
Pensionista

Artigo

Publicado originalmente na Folha de SP em 26 de setembro de 2020

Revolução da longevidade é a maior conquista nos últimos 100 anos

A expectativa de vida de um brasileiro nascido há cem anos era de 35 anos. Em 2021, chegará a 77 anos. São 42 anos mais de vida, não de velhice.

Envelhecer para os nossos antepassados era o privilégio de poucos, hoje uma oportunidade para a maioria.

É a revolução da longevidade, a maior conquista da sociedade em nível global nos últimos cem anos.

Antes de 2040, chegaremos a 80 anos de expectativa ao nascer. Em 2050, estaremos entre os 64 países com mais de 30% da população 60+, o que terá implicações para todos os setores da sociedade.

No entanto, o que deveria ser celebrado é lamentado por tantos. Como se a outra única alternativa, morrer cedo, fosse preferível.

Mas não basta apenas envelhecer. É preciso fazê-lo com qualidade. Para tanto, é necessária uma sinergia do esforço individual com políticas públicas que o reforcem. Por exemplo, fazer com que estilos de vida mais saudáveis sejam também mais acessíveis, fáceis e baratos.

> Por exemplo, fazer com que estilos de vida mais saudáveis sejam também mais acessíveis, fáceis e baratos.

Vale para saúde assim como para os outros pilares do envelhecimento ativo, conforme promulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002, durante minha gestão como diretor do departamento encarregado do envelhecimento.

Esses outros pilares são aprendizagem ao longo da vida, participação e segurança/proteção. Por meio deles, podemos acumular os capitais essenciais para envelhecer bem, como saúde, conhecimento, capital social e financeiro.

Além deles, é preciso ter um propósito, o que nos faz começar o dia convictos de que faremos uma diferença positiva para nós e para a sociedade.

Tais capitais nos permitem criar resiliência. Uma vida mais longa pressupõe perdas — de recursos financeiros, de status, de pessoas queridas. Se tivermos reservas internas, transformamos as perdas em oportunidades para superação.

Quantos mais indivíduos resilientes em uma sociedade, mais essa sociedade se torna resiliente, gerando um ciclo virtuoso.

Ao longo dos próximos cinco meses, a Folha de São Paulo, em comemoração aos 100 anos que comemorará em fevereiro de 2021, terá um espaço ocupado semanalmente por diversos temas para refletirmos sobre envelhecimento com qualidade de vida — ou que, à sua falta, o impedem.

Serão discutidos os pilares do envelhecimento ativo e dois fatores que o influenciam frontalmente, gênero e cultura.

Abordaremos aspectos como trabalho, cuidado, o enfoque "amigo do idoso", moradia, finitude, luto, instituições de longa permanência, raça e etnia, e direito das pessoas idosas e como assegurá-los.

Permeando as discussões, enfatizaremos questões que a pandemia deixou tão evidentes, como as desigualdades sociais e o preconceito contra as pessoas idosas — que chamamos de idadismo em analogia ao que é o racismo e o sexismo.

Bem-vindos à longevidade.

Alexandre Kalache
é presidente do ILC-BR (Centro Internacional da Longevidade no Brasil)

Sobe e desce

Sobe

Pagamentos instantâneos e gratuitos

Novo meio de pagamentos desenvolvido pelo Banco Central, o PIX será oficialmente lançado em novembro. Os pagamentos realizados pelo sistema são instantâneos e estarão disponíveis sem custo, 24 horas por dia, sete dias da semana. Todos os bancos vão aderir à funcionalidade.

Sobe

Motoboy alvo de ofensas abre empresa para ajudar jovens

Matheus Pires Barbosa, motoboy de 19 anos que ficou conhecido após ser humilhado por um homem em um condomínio de Valinhos (SP), transformou a ajuda que teve com a repercussão sobre o caso em uma empresa para ajudar jovens a garantirem renda com trabalhos no ambiente digital, como edição de vídeos, webdesign e criação de conteúdo para redes sociais.

Desce

Queimadas destroem vidas e ameaçam negócios

Além de ameaçar a diversidade da vida em dois dos mais importantes biomas do mundo, as queimadas no pantanal e na Amazônia devem refletir na economia. Diversos países e empresas e investidores ameaçam deixar o Brasil caso o governo não decida proteger de fato o meio ambiente, combatendo o desmatamento.

Desce

Pobreza e desigualdade seguem em alta

Cálculos do Banco Mundial mostram que 40% dos brasileiros mais pobres, (cerca de 85 milhões de pessoas), começaram este ano de pandemia da covid-19 sem terem recuperado a renda que tinham antes da recessão iniciada em 2014. De 2014 a 2019, a renda dos 40% mais pobres caiu 1,4% por ano. Mas, no mesmo período, a renda média dos brasileiros como um todo cresceu 0,3% ao ano.

Eleições do Sindifiscal acontecem nos dias 3 e 4 de novembro

A nova gestão assume em janeiro

O Sindifiscal relembra aos seus filiados de que deu abertura, no dia 5 de agosto, ao período de eleições gerais da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, dos Delegados Regionais e do Conselho Fiscal.

A votação está marcada para acontecer nos dias 3 e 4 de novembro e o mandato da nova gestão terá início em 2 de janeiro de 2021 e será encerrado em 1º de janeiro de 2024.

No edital de convocação, assinado pelo atual presidente, Carlos Heugênio Duarte Camisão, o Sindifiscal informa que, no dia 3 de novembro, serão disponibilizadas nove urnas itinerantes para coleta dos votos nos diversos municípios do interior do Estado.

Já no dia 4 de novembro, serão disponibilizadas cinco urnas fixas para coleta de votos no edifício-sede da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda), e nas sedes das Subgerências de Fiscalização nos Municípios de Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina. Esse roteiro de urnas está junto com essa edição do jornal Ação Fiscal, em forma de encarte.

Para concorrer às eleições do Sindifiscal, se increveram duas chapas: 1) Fisco Forte e 2) União com Renovação. Os nomes dos componentes podem ser conferidos ao lado:

CHAPA 1
FISCO FORTE: Participação é Conquista!

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Geraldo José Pinheiro
Vice-presidente: José Fermo
DIRETORES
Tesoureiro: Carlos H. Duarte Camisão
Administrativo: Jocelino A. Demuner
Jurídica: Zenaide Maria Tomazelli Lança
Apos. e Pensionistas: Lenise Seabra Miranda
Comunicação: Rogério Zanon da Silveira

CONSELHO DELIBERATIVO:
Anthony Fermino Repetto Lavor
Marcelo da Silva Ramos
Herval José Borini Cezarino
Luiz Carlos Ferreira Pinto
César Romeu de Souza Lacerda

DELEGADOS SINDICAIS:
Metropolitana: Carlos Werner dos Santos
Sul: Lúcio Berilli Mendes
Nordeste: Luiz Henrique Ribeiro da Silva
Noroeste: João Tadeu Caon

CONSELHO FISCAL:
Edvaldo Monteiro
Lenita Ana De Nadai
Zuleide Rosangelica de Assis Lopes

CHAPA 2
UNIÃO COM RENOVAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Eustáquio Francisco Xavier
Vice-presidente: Elcio Pedro Uliana
DIRETORES
Tesoureiro: Laerte Nicolau Aroni
Administrativo: Delson Iglesias do R. Junior
Jurídica: Ana Maria de Souza Silva
Apos. e Pensionistas: Júlio Cesar Camilo Muniz
Comunicação: Adolf Zini de Souza

CONSELHO DELIBERATIVO:
Bruno Barcelos Nardotto
Carla Brasil Milaneze
Marlucia Barros de Almeida
Ricardo José Pasolini
Walker Ricardo Pinto

DELEGADOS SINDICAIS:
Metropolitana: José Luiz Frisso
Sul: Jefferson Spadarott Bullus
Nordeste: André Gomes Santana
Noroeste: Ângelo Vicente Scalfoni

CONSELHO FISCAL:
Bruno Aguilar Soares
Saulo Machado Viana
Marco Aurélio Fernandes da Silva.

Sindifiscal completa 30 anos no dia 6 de novembro

Além das eleições gerais, que definirão o rumo do Sindifiscal pelos próximos três anos (2021-2023), outro evento importante acontece no mês de novembro. No próximo dia 6, a entidade, que é legítima representante das carreiras de Auditor Fiscal da Receita Estadual e Auxiliar Fazendário do Espírito Santo, completará 30 anos.

Foi em 6 de novembro de 1991 que a então AFES (Associação do Fisco Espírito-Santense) se converteu em Sindicato do Pessoal do Grupo TAF (Tributação, Arrecadação e Fiscalização) durante Assembleia Extraordinária da categoria, depois de um longo processo de discussão de reforma do Estatuto, registrado dez meses antes, em 4 de janeiro.

A primeira Diretoria Eleita do Sindifiscal foi composta pelos colegas José Fermo (presidente), Luiz Manoel Bertolini (vice-presidente), Geraldo José Pinheiro (secretário), Gilberto Batista Campos (tesoureiro) e Sandro Martins Baptista (Diretor de Comunicação).

Desde então, diversos outros colegas passaram pela presidência do Sindifiscal: Carlos Nunes de Oliveira Neto, Wilson Manoel Vilhagra Filho, Júlio César Camilo Muniz, Walker Ricardo Pinto, Getúlio Ramos Pimentel, Zenaide Maria Tomazelli Lança e, mais recentemente, Carlos Heugênio Duarte Camisão.

A ideia inicial era realizar um grande evento para comemorar a data e também o final do ano de 2020, junto com todos os filiados, como historicamente fazemos. Entretanto, a pandemia do novo coronavírus fez os planos serem mudados.

Os riscos de contaminação pela covid-19 seguem iminentes, portanto a realização de eventos com aglomeração segue inviável por tempo indeterminado. Todavia, não esqueceremos da data. Vida longa ao Sindifiscal!